

---

## Contribuição do Projeto Bahia Produtiva para o Desenvolvimento Sustentável de Agricultores Familiares na Chapada Diamantina - BA

### Contribution of the Bahia Produtiva Project to the Sustainable Development of Family Farmers in Chapada Diamantina - BA

Recebido: 01/10/2024 | Aceito: 30/10/2024 | Publicado: 02/11/2024

---

#### Cristiane Nascimento Santos

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5293-5152>

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil

E-mail: [cristiane.nascimentos@discente.univasf.edu.br](mailto:cristiane.nascimentos@discente.univasf.edu.br)

#### Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4149-097X>

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil

E-mail: [lucia.oliveira@univasf.edu.br](mailto:lucia.oliveira@univasf.edu.br)

---

#### RESUMO

O projeto Bahia Produtiva, objeto de estudo deste artigo é uma ação do governo do Estado da Bahia através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR com financiamento do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. O objetivo é a implantação de projetos e ações para inclusão produtiva e acesso a mercados, em comunidades rurais na Bahia. O objetivo deste estudo é identificar de que forma o Projeto Bahia Produtiva contribuiu para o desenvolvimento rural sustentável das comunidades rurais do Território Chapada Diamantina. Ao longo dos 9 anos de execução do projeto (de 2015 a 2024) foram investidos R\$ 916.186.594,92 (novecentos e dezesseis milhões cento e oitenta e seis mil quinhentos e noventa e quatro reais e noventa e dois centavos), com 164.316 beneficiários/as, sendo 76.732 (46,69%) beneficiárias mulheres e 1.209 organizações produtivas apoiadas. O Projeto Bahia Produtiva contribuiu para a implementação do desenvolvimento Rural Sustentável no Território Chapada Diamantina, tanto no que diz respeito a questão dos investimentos realizados, quanto na questão do fortalecimento das entidades que acessaram o Projeto.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Comunidades Rurais, Território.

---

#### ABSTRACT

The Bahia Produtiva project, the object of study in this article, is an action of the government of the State of Bahia through the Regional Development and Action Company – CAR with financing from the Inter-American Bank for Reconstruction and Development – IBRD. The objective is to implement projects and actions for productive inclusion and access to markets in rural communities in Bahia. The objective of this study is to identify how the Bahia Produtiva Project contributed to the sustainable rural development of rural communities in the Chapada Diamantina Territory. Over the 9 years of project execution (from 2015 to 2024), R\$916,186,594.92 (nine hundred and sixteen million, one hundred and eighty-six thousand, five hundred and ninety-four reais and ninety-two centavos) were invested, with 164,316 beneficiaries, with 76,732 (46.69%) women beneficiaries and 1,209 optimized productive organizations. The Bahia Produtiva Project contributed to the improvement of Sustainable Rural development in the Chapada Diamantina Territory, both with regard to the issue of investments made and the issue of strengthening the entities that accessed the Project.

**Keywords:** Family Farming; Rural Communities, Territory.

---

## INTRODUÇÃO

O projeto Bahia Produtiva, objeto de estudo deste artigo é uma ação do governo do Estado da Bahia através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR com financiamento do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. O objetivo é a implantação de projetos e ações para inclusão produtiva e acesso a mercados, em comunidades rurais na Bahia.

Por meio desse projeto, foram desenvolvidas ações de inclusão socioprodutiva; abastecimento de água e saneamento domiciliar; atendendo aos interesses e necessidades de comunidades de baixa renda. Os objetivos do projeto são os seguintes: fortalecer a integração de mercado, promover a segurança alimentar e nutricional e melhorar o acesso das famílias aos serviços de água e saneamento; promover a inclusão econômica e social de mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades tradicionais e empresários da economia solidária; fortalecer a capacidade das associações/cooperativas/organizações de produtores para conceber, implementar e gerir sub - projetos e promover a adoção de práticas de gestão sustentável dos recursos naturais nas áreas de produção (BAHIA, 2022).

O atual modelo de desenvolvimento agrícola rural do Brasil está passando por uma transformação. O grande desafio é superar a dicotomia entre produção e proteção ambiental, integrando os objetivos e instrumentos das políticas ambientais e agrícolas no quadro global do desenvolvimento sustentável. A transição para o desenvolvimento rural sustentável depende da construção de dinâmica e consenso, mediada por relações democráticas e pelo diálogo entre a política ambiental e as populações rurais. A transição para o desenvolvimento rural sustentável tem que ser entendida e implementada como uma parte estrutural dos projetos de desenvolvimento, cujos objetivos centrais são garantir o crescimento econômico, reduzir as desigualdades sociais, a pobreza e a fome, e proteger os recursos naturais e os ecossistemas produtivos (MMA, 2024).

Assim, o principal objetivo do desenvolvimento rural sustentável é incentivar o uso adequado da terra e dos recursos naturais, seja nas áreas de agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, Terras Indígenas ou Comunidades Extrativistas, nas Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD) e nas áreas de produção agropecuária de tipo patronal/empresarial de grande escala (MMA, 2024, pág. 01).

Diante desse desafios de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, o projeto prevê o financiamento por meio de entidades coletivas de agricultores e agricultoras familiares, sejam elas Associações ou Cooperativas, constituídas há pelo menos um ano (da data de lançamento dos editais) e a partir daí seleciona-se as melhores propostas a serem executadas. Instituições associativistas e/ou cooperativistas são aqui consideradas como aquelas que sustentam a ação econômica voltada para a superação das relações de exploração do trabalhador.

De acordo com a Lei Nº 11.326 de 24/07/2006<sup>1</sup> considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente aqueles que não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2024).

A área de estudo desta pesquisa (figura 1) é o Território de Identidade Chapada Diamantina composto por 24 (vinte e quatro) municípios (Abaíra, Boninal, Piatã, Jussiape, Rio de Contas, Barra da Estiva, Ibitiara e Novo Horizonte, Nova Redenção, Andaraí, Mucugê, Itaetê, Ibicoara, Iramaia e Marcionílio Souza, Iraquara, Lençóis, Palmeiras, Seabra e Souto Soares, Bonito, Morro do Chapéu, Utinga e Wagner). Com uma área de 31.380,57 Km<sup>2</sup> e população total de 383.852 habitantes (IBGE, 2023).

O relevo territorial da Chapada caracteriza-se por áreas planálticas e serranas, intercaladas pelas depressões periféricas e interplanálticas. A variedade de sua conformação decorre de ter sido fundo do mar e praia, há milhões de anos. A água que invadia o continente depositava segmentos na região e a areia foi formando rochas com veios de diamantes.

---

<sup>1</sup> O texto em sua totalidade pode ser acessado pelo site do Governo Federal ([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)) nele é possível identificar que são os outros beneficiários da Lei.



Seguindo as etapas, as entidades pontuavam de acordo com as informações fornecidas no momento de inscrição da manifestação de interesse. As melhores pontuadas, seguiriam para a fase seguinte, que seria a avaliação pelo Colegiado Territorial (reunião de órgãos e entidades da sociedade civil e do poder público de cada Território de Identidade que estava participando do edital). Passando para etapa seguinte, as entidades que foram selecionadas na primeira (manifestação de interesse) e segunda etapa (Colegiado Territorial), passam a etapa de visita de campo.

Essa visita é realizada por um técnico da CAR para verificar se as informações fornecidas na manifestação de interesse correspondem a realidade (um exemplo dessas informações são o número de mulheres e jovens contemplados, pois a entidade pontua melhor, se esses dois públicos forem maioria) e se é realmente possível implementar o que está sendo solicitado pela proponente. A importância dessa visita, é evitar erros como já aconteceram no passado na implantação de alguns projetos, que instalava casa de farinha em comunidades que não produziam mandioca ou um engenho em locais que não tinham cana-de-açúcar.

Por fim, tem-se a etapa de Comitê Estadual, que reúnem instituições ligadas a questão agropecuária no Estado, a exemplo da Superintendência de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Estado da Bahia – Bahiater, Superintendência da Agricultura Familiar – SUAF e outros. Em seguida, divulga-se o resultado final das entidades contempladas no Edital e que terão seus projetos financiados.

O projeto é dividido em três componentes: Inclusão Produtiva, que proporcionará atividades relacionadas às cadeias produtivas estratégicas (cultivo de mandioca, caprinocultura, apicultura, aquicultura e pesca, fruticultura, pecuária leiteira, resíduos e oleaginosas), componente de água e saneamento doméstico, onde os investimentos visam principalmente a melhoria do saneamento e a gestão e utilização dos recursos hídricos, e o componente de desenvolvimento institucional, apoio técnico e gestão de projetos, que fornecerá os recursos necessários para: a gestão e execução do projeto são desenvolvidos por equipes de unidades técnicas e unidades regionais (BANCO MUNDIAL, 2014).

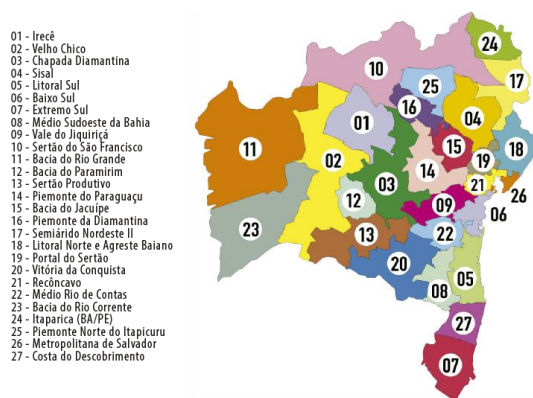
O método de pesquisa utilizado neste artigo é a quantitativa descritiva, que segundo Gil (1999) tem como principal objetivo descrever as características de um determinado grupo ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados nesta categoria, e uma de suas características mais importantes ocorre na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Já para Vergara (2000) a pesquisa descritiva revela as características de uma população ou

fenômeno específico, estabelecer correlações de variáveis entre elas e definir suas propriedades. “Eles não estão empenhados em explicar os fenômenos que descrevem, embora sejam fundamentais para essa explicação”.

## RESULTADOS

O projeto Bahia Produtiva começou a ser executado em meados de 2015 em todo o Estado da Bahia (figura 2), sendo lançado o primeiro edital ainda nesse ano, esse edital previra o financiamento de diversos projetos ligados às cadeias produtivas da avicultura, caprinovicultura, meliponicultura, hortas e quintais produtivos, dentre outros. Ao longo da execução do projeto, desde o seu início, foram lançados 14 editais, sendo: edital 01 – Socioambientais, Edital 03 – Cadeia produtiva da Apicultura e Meliponicultura, edital 04 – Cadeia produtiva da Bovinocultura, edital 05 – Cadeia produtiva da Caprinovinocultura, Edital 06 – Cadeia produtiva da Aquicultura e pesca, Edital 07 – Cadeia Produtiva da mandiocultura, Edital 08 – Cadeia Produtiva da Oleaginosas, Edital 09 – Cadeia Produtiva da Fruticultura, Edital 10 – Alianças Produtivas Territoriais, Edital 11 – Socioambientais – Quilombolas, Socioambientais – Indígenas, Edital 12 – Socioambientais – Indígenas, Edital 13 – Qualificação – Agroindústrias, Edital 14 – Socioambientais – Biodiversidade e o Edital – Socioambientais – Segurança Alimentar e Nutricional.

**Figura 2** - Área de atuação: Os municípios dos 27 territórios de Identidade da Bahia



Fonte: SEPLAN, 2016.

Neste período foram investidos R\$ 916.186.594,92 (novecentos e dezesseis milhões cento e oitenta e seis mil quinhentos e noventa e quatro reais e noventa e dois centavos) com 164.316 beneficiários, sendo 76.732 (46,69%) beneficiárias mulheres e 1.209 organizações produtivas apoiadas. Neste tocante, uma abordagem de equidade reconhece que as mulheres, através dos seus papéis produtivos e reprodutivos, participam activamente nos processos de desenvolvimento e fazem contribuições importantes, mas muitas vezes não reconhecidas, para o desenvolvimento econômico, social, político, cultural e ambiental das comunidades rurais (BANCO MUNDIAL, 2014).

Nos municípios estudados neste artigo, o acesso foi realizado em 9 (nove) dos 14 editais lançados<sup>2</sup> totalizando 93 (noventa e três) convênios<sup>3</sup> assinados, conforme figura 3, sendo 22 (vinte e dois) convênios no edital socioambiental, 22 (vinte e dois) no edital quilombolas, sendo esses os detentores dos maiores números de acesso a convênios no Território. Seguindo pelos editais de segurança alimentar e nutricional com 13 (treze) convênios e o edital de agroindústrias com 11 (onze) convênios. Além desse, o edital de biodiversidade contou com 9 (nove) convênios, alianças produtivas com 6 (seis), edital de fruticultura com 4 (quatro) convênios e o edital para povos indígenas com 2 (dois) convênios.

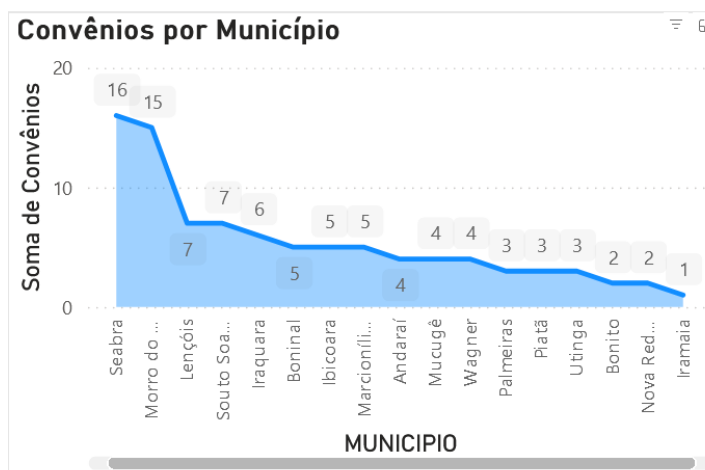
Dos 24 municípios da área de estudo, 18 (dezoito) deles acessaram pelo menos um edital do Projeto, com os municípios de Seabra e Morro do Chapéu se destacando em

<sup>2</sup> Cabe a ressalva de que nem todos os editais poderiam ser acessados por todos os territórios, como exemplo, tem-se o Edital de Mandiocultura que foi focalizado em apenas seis territórios (Litoral Norte / Agreste Baiano, Portal do Sertão, Recôncavo, Sudoeste Baiano, Baixo Sul e Vale do Jiquiriçá).

<sup>3</sup> Documentos assinado entre duas entidades (uma concedente e a outra proponent) para prestação de serviços, aquisição de bens ou construção de imóveis.

termos de quantidade de convênio com 16 (dezesseis) e 15 (quinze) respectivamente. Na outra ponta, temos Bonito, Nova Redenção e Iramaia com 2 (dois) e 1 (um) convênio apenas, conforme gráfico 1, que mostra o número de convênios por município.

**Gráfico 1** – Número de convênios por município do Território Chapada Diamantina



Fonte: CAR, 2024.

É importante observar que tem municípios no Território, que se quer fizeram inscrição nos editais do Projeto. Como demanda uma certa habilidade com tecnologia, uso de computadores, acesso a sites e escrita, entende-se que algumas entidades rurais podem ter dificuldades nesse processo, sendo necessário o apoio de instituições parceiras, a exemplo dos Sindicatos do Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR, Secretarias Municipais de Agricultura, entre outros.

Um exemplo desse apoio e da importância dele, no ano de 2016 para inscrição em alguns Editais, o Instituto Federal da Bahia, Campus de Seabra – IFBA/Seabra, juntamente com o STTR de Seabra, fizeram um mutirão de apoio às entidades para realizar as manifestações de Interesse, o resultado disso foi que no edital desse ano, a Território contou com 22 associações ou Cooperativas contempladas.

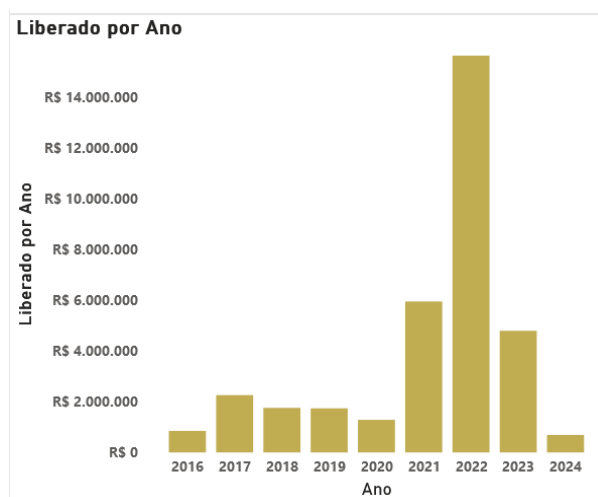
No Território Chapada Diamantina o montante de recursos investidos é da ordem de R\$ 36.265.802,28 (trinta e seis milhões duzentos e sessenta e cinco mil oitocentos e dois reais e vinte e oito centavos) o que corresponde a 4% do total de investimentos feitos em todo o Estado que é de R\$ 916.186.594,92 (novecentos e dezesseis milhões cento e oitenta e seis mil quinhentos e noventa e quatro reais e noventa e dois centavos). É uma monta de investimentos considerável para as comunidades rurais do Território.



No tocante ao público beneficiário que são de agricultores e agricultoras familiares, encontra-se povos e comunidades tradicionais, a exemplo dos quilombolas e indígenas. Na área estudada, há um número significativo de comunidade Quilombolas, totalizando 69 (sessenta e nove) reconhecidas pela Fundação Palmares<sup>4</sup>, dessas 22 acessaram o edital 11 – Quilombola, no Território Chapada Diamantina.

No gráfico 2 é possível verificar a liberação anual desses R\$ 36 milhões. No ano de 2022 ocorreu a maior parcela de liberações, totalizando mais de 14 milhões investidos nesse ano. Seguindo pelos anos de 2021 e posteriormente pelo ano de 2023 como maiores totais liberados. Já no ano de 2016 (primeiro ano efetivo do projeto) e o de 2024, foram os que tiveram menores valores liberados. No caso desse último ano, faz-se a ressalva, pois muitos convênios já estão concluídos. Atualmente dos 93 (noventa e três) convênios do Território, 73 (setenta e três) já foram encerrados, ou seja, todos os investimentos previstos já foram executados e a prestação de contas finalizada, o que corresponde a 78% do total, contando com apenas 20 (vinte) convênios ativos, que em sua maioria, estão em processo de finalização.

**Gráfico 2 – Montante de Recursos Liberados por ano de execução**



Fonte: CAR, 2024.

Os convênios executados pelo Projeto se divide em de investimento e custeio, os primeiros são os convênios que prevem a construção de unidades e aquisição de bens, equipamentos e contratação de serviços. Já os convênios de custeio, realiza a contratação

---

<sup>4</sup> Para conhecer mais a respeito da Fundação Palmares e do trabalho que ela realiza junto às Comunidades Quilombolas, acesse o site: <https://www.gov.br/palmares/pt-br>

de profissionais para atuarem juntos à essas entidades, seja na prestação de assessoria técnica ou na consultoria para elaboração de projetos e capacitações.

Entre os itens de investimentos implementados junto às comunidades, destaca-se a construção de unidades de beneficiamento de frutas (figura 3), unidade de Beneficiamento de Mandioca, casas de farinha, construção de aviários para galinhas caipiras, implantação de sistemas de irrigação, unidade de beneficiamento de frutas vermelhas, unidade de beneficiamento de Café, Laticínio, aquisição de matrizes e reprodutores, aquisição de aves, implementação de quintais produtivos, construção de Estufas e terreiro visando a secagem do café em grão, entre outros.

**Figura 3** – Unidades Construída pelo Projeto Bahia Produtiva no Território Chapada Diamantina - BA



Fonte: SANTOS, 2023.

Em se tratando de convênio de custeio, o projeto Bahia Produtiva previra a contratação de jovens para atuarem como Agentes Comunitários Rurais – ACR, junto às comunidades atendidas. A preferência era de jovens da própria comunidade, desde que atendesse o perfil da contratação (idade entre 18 e 29 anos, curso técnico, Informática Básica (World, Excel, Power Point, Internet Explorer) e Carteira Nacional de Habilitação

para Motocicleta - Categoria A). Esses profissionais foram assistidos por uma entidade de Assistência Técnica e Extensão Rural contratada pela CAR.

Além desses profissionais, contratados pela entidade para prestar assessoria técnica, foram contratados também consultores para elaboração dos planos de investimento e plano de negócios. Esses dois documentos norteava quais investimentos deveriam ser realizados em cada comunidade, e as projeções de produção e comercialização no caso de projeto que tinham como foco o mercado. Os resultados do Projeto em termo de investimentos foram muito significativos para as comunidades rurais do Território Chapada Diamantina.

## CONCLUSÕES

O Projeto Bahia Produtiva contribuiu para a implementação do desenvolvimento Rural Sustentável no Território Chapada Diamantina, tanto no que diz respeito a questão dos investimentos realizados, quanto no fortalecimento das entidades que acessaram o Projeto. Visto que as ações realizadas foram muito além da construção e implementação de Unidade de Beneficiamento. Ao longo dos nove anos de execução, houveram ações de capacitação em processamento de produtos, mas também ligados a questão da gestão e Assistência Técnica e Extensão Rural, entendendo portanto que são coisas indissociável, levar conhecimento e infraestrutura para as comunidades rurais.

Mas ainda é preciso avançar muito, são necessárias ações integradas com outros setores da sociedade civil e do poder público para que de fato o tão almejado desenvolvimento rural sustentável se efetive de forma eficiente para as populações rurais não só do Território Chapada Diamantina, mas do Estado da Bahia como um todo.

## AGRADECIMENTOS

A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do Estado da Bahia - CAR pela disponibilidade dos dados apresentados e aos agricultores e agricultoras familiares do Território Chapada Diamantina pela força e resiliência na aplicação dos recursos.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia - Bahia Produtiva**. Versão em Português. Salvador – Bahia, 2014. Disponível em:

<<https://documents1.worldbank.org/curated/en/418501468021256605/pdf/E45300POR TUGUE00Box385192B00PUBLIC0.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BAHIA. **Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR**. Disponível em: <<http://www.car.ba.gov.br/index.php/projetos/bahia-produtiva>>. Acesso 05 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Secretaria da Agricultura Familiar. A agricultura familiar**. MDA, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?ctuid=9814&scid=283>. Acesso em 04 mar. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Desenvolvimento Rural**. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/desenvolvimento-rural.html>>. Acesso em: 25 de set. 2024.

BAHIA. Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Chapada Diamantina PTDS – 2016**. Disponível em: < [https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDRSS\\_2016\\_Chapada\\_Diamantina\\_Final.pdf](https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDRSS_2016_Chapada_Diamantina_Final.pdf)> Acesso em: 04 mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. IBGE, 2023. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 de set. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.